



POBREZA NO FEMININO

Conjugando o risco de pobreza com outros dois indicadores (privação material e social severa e intensidade laboral per capita muito reduzida), verifica-se que, em **2021**, eram perto de **2 milhões e 32 milhares** as pessoas residentes em Portugal que se encontravam em situação de pobreza ou exclusão social mesmo após transferências sociais, o que afecta **22,4%** da população.

Mais de **1 milhão e 274 mil** das pessoas nessa situação eram mulheres, ou seja, **23,5%** do total das mulheres residentes no país, um número superior ao dos homens (1 milhão e 38 mil, ou seja, 21,1%), tendo aumentado 138 milhares em relação a 2020, também ainda mais que entre os homens (+120 mil).

Pese embora o discurso oficial sobre os efeitos da crise, minimizando-os, com o argumento da eficácia das medidas de combate aos efeitos económicos, sociais e laborais da pandemia, a **pobreza agravou-se em 2020**.

Regista-se também uma degradação na generalidade dos indicadores respeitantes à incidência e intensidade da pobreza, ao efeito conjugado da pobreza e da exclusão social, às desigualdades na distribuição do rendimento e às consequências no mercado de trabalho.

Os efeitos estenderam-se às principais categorias da população, embora com maior severidade em relação a grupos sociais específicos, como os desempregados e os reformados. Mas entre quem trabalha a pobreza também aumentou, contrariando o discurso oficial e confirmando um enorme impacto, bem superior ao propalado pelo Governo.

Aumentaram também as **desigualdades na repartição do rendimento**, com os 10% mais ricos a ganharem quase dez vezes o que ganham os 10% mais pobres.

No espaço de um ano, a pobreza afectou mais 230 mil pessoas, **atingindo perto de 1 milhão e 900 pessoas**, o que significa que, em 2020, **18,4% da população residente em Portugal estava em situação de pobreza mesmo após transferências sociais** (pensões e outras prestações sociais), vivendo com menos de 554 euros por mês (6.653 euros anuais).

Inverteu-se assim a redução que se vinha registando desde 2016, devido à política de recuperação de rendimentos que, embora limitada, teve efeitos positivos na melhoria das condições de vida dos trabalhadores e pensionistas e, conseqüentemente, na diminuição da pobreza.

As mulheres têm um risco de pobreza superior aos homens (19,2% face a 17,5%), em virtude dos seus salários serem muito baixos – ainda mais baixos que os dos homens -, assim como todas as prestações que deles dependem, e foi entre elas que a pobreza mais aumentou: em 125,6 milhares face a 2019, o que corresponde a 935,6 mil mulheres pobres.

Sem a segurança social e as prestações que garante, o nível de pobreza seria ainda mais elevado, dando as pensões o maior contributo, o que permite que a percentagem de pobres se reduza quase a metade. Também as restantes prestações sociais (como o desemprego, a doença, a parentalidade, o abono de família, o RSI, entre outras) são importantes nessa redução. Ainda assim, a percentagem de pobres é muito elevada, sendo quase sempre superior no caso das mulheres.

Em 2020, 45,3% das mulheres em Portugal eram pobres antes de qualquer transferência social, reduzindo-se para 23,6% após as transferências relativas a pensões e para 19,2% após todas as transferências sociais.

Taxa de risco de pobreza, segundo o sexo e grupo etário, Portugal, 2020

		Taxa de risco de pobreza antes de qualquer transferência social	Taxa de risco de pobreza após transferências relativas a pensões	Taxa de risco de pobreza após transferências sociais
		%		
	Total	43,5	23,0	18,4
HM	0 - 17 anos	28,1	24,9	20,4
	18 - 64 anos	31,6	22,5	17,2
	65 e mais anos	87,4	22,8	20,1
	Total	41,6	22,2	17,5
H	0 - 17 anos	27,6	24,3	19,7
	18 - 64 anos	31,3	22,3	17,0
	65 e mais anos	86,2	20,0	16,8
	Total	45,3	23,6	19,2
M	0 - 17 anos	28,5	25,4	21,1
	18 - 64 anos	31,8	22,6	17,4
	65 e mais anos	88,3	24,9	22,5

Fonte: INE, EU-SILC: Inquérito às Condições de Vida e Rendimento – 2016-2021

O risco de pobreza mesmo após transferências sociais era particularmente elevado entre as **trabalhadoras desempregadas**, atingindo 43,2% em 2020, devido à fraca cobertura e baixo valor das prestações de desemprego, tendo aumentado face a 2019.

As mulheres reformadas tinham um risco de pobreza de 20%, aumentando quase 3 pontos percentuais em relação a 2019, o valor mais elevado desde 2015.

Também a situação dos trabalhadores se degradou em 2020, sendo o valor atingido um dos mais altos desde o início desta série estatística (2003), afectando 525 mil trabalhadores, 240 mil dos quais mulheres (10,3% das mulheres trabalhadoras), e demonstrando que há trabalhadores que empobrecem a trabalhar devido aos salários muito baixos que auferem.

O crescimento da pobreza entre os trabalhadores atingiu ainda mais as mulheres que os homens (+ 40 mil face a +29 mil entre os homens).

Taxa de risco de pobreza após transferências sociais (%)

Ano de referência	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Empregado	10,9	10,8	9,7	10,8	9,6	11,2
Homens	11,3	11,2	10,4	11,0	10,6	12,1
Mulheres	10,5	10,4	9,0	10,6	8,5	10,3
Desempregado	42,0	44,8	45,7	47,5	40,7	46,5
Homens	44,5	47,1	47,4	52,9	44,5	50,5
Mulheres	39,4	42,5	44,1	42,7	37,6	43,2
Reformado	16,0	15,1	15,7	15,2	15,7	18,0
Homens	15,6	14,5	14,3	14,7	14,0	15,7
Mulheres	16,3	15,6	16,9	15,6	17,2	20,0
Outros inativos	31,2	32,3	30,8	31,0	28,9	30,8
Homens	26,0	32,1	29,9	28,7	25,2	27,4
Mulheres	33,5	32,4	31,2	32,0	30,4	32,4

Fonte: INE, EU-SILC: Inquérito às Condições de Vida e Rendimento - 2016-2021

Conjugando o risco de pobreza com outros dois indicadores (privação material e social severa e intensidade laboral per capita muito reduzida), verifica-se que, **em 2021, eram perto de 2 milhões e 32 milhares as pessoas residentes em Portugal que se encontravam em situação de pobreza ou exclusão social mesmo após transferências sociais, o que afecta 22,4% da população.**

Mais de 1 milhão e 274 mil das pessoas nessa situação eram mulheres, ou seja, 23,5% do total das mulheres residentes no país, um número superior ao dos homens (1 milhão e 38 mil, ou seja, 21,1%), tendo aumentado 138 milhares em relação a 2020, também ainda mais que entre os homens (+120 mil).

3 Fevereiro de 2022
CIMH/CGTP-IN